

O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral¹

Maria Aparecida de Paula Rago²

Resumo:

A construção da moderna sociabilidade capitalista brasileira trilhou um caminho particular, nas primeiras décadas do século XX, em que uma situação de complementaridade e contradição estrutural entre o historicamente velho, representado pelo latifúndio agroexportador, e o historicamente novo, desempenhado na figura da indústria, resultaram no desenvolvimento social tardio e atrófico de nossa realidade. O entendimento dessas contradições histórico-sociais se transformou em fonte de preocupação para o pensamento de natureza autocrático e o pensamento crítico nacional. Entre os representantes burgueses da primeira corrente, merece especial atenção, os assim chamados “construtores da ordem”, cujos representantes, em que pesem algumas diferenças, esquadriharam soluções modernizantes que tinham em comum o conservadorismo. Nessa esfera, encontra-se Antônio José de Azevedo Amaral, industrialista, defensor do “estado autoritário” intervencionista promotor de uma “renovação conservadora” sob a liderança de Getúlio Vargas. Este artigo pretende analisar as principais características das formas conservadoras do pensamento social no Brasil nas primeiras décadas do século XX e, em especial, os traços distintivos do pensamento industrialista de Azevedo Amaral.

Palavras-chave: Azevedo Amaral; autocracia burguesa; capital atrófico; pensamento conservador; industrialismo.

The Demiurge of National Construction: Azevedo Amaral's Industrialist Thought

Abstract:

The construction of the modern Brazilian capitalist sociability has followed a particular path, in the first two decades of the twentieth century, in which a situation of complementarity and structural contradiction between the historically old represented by the agro-exporting land property, and the historically new, played by the industry figure, resulted in the late social and atrophic development of our reality. Understanding these historical and social contradictions has become a source of concern for

¹ Trechos modificados de: RAGO, Maria Ap. de Paula. *O demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral*. Dissertação (Mestrado) apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993

² Doutora, professora da FEA-PUC/SP.

autocratic and national critical thinking. Among the bourgeois representatives of the first thought tendency, the so-called “builders of the order” deserves special attention, whose representatives, in spite of some differences, outline modernizing solutions that had the conservatism in common. In this domain, we can find Antonio José de Azevedo Amaral, industrialist, defender of the interventionist “Authoritarian State” promoter of a “conservative renewal” under the leadership of Getúlio Vargas. This article aims to analyze the main characteristics of the conservative forms of social thinking in Brazil in the first decades of the twentieth century and, in particular, the distinctive features of Azevedo Amaral's industrialist thinking.

Key words: Azevedo Amaral; bourgeois autocracy; atrophic capital; conservative thinking; industrialism.

Introdução

É relativamente comum para boa parte da historiografia brasileira situar as décadas de 1920 e 1930 como um ponto de inflexão no processo da formação econômica social nacional³. Responsável pela efervescência de ideias o tema central foi a busca de uma via singular para o enquadramento da velha ordem nacional ao “mundo civilizado”.

No centro do debate, produzido naquele momento de ruptura, problematizavam-se os direcionamentos e a configuração a ser assumida por nossa identidade nacional e a questão da hegemonia de classe.

Na formação do socio-metabolismo do capital na história brasileira, a modernização conservadora criou um cenário de contradições pautado na conciliação entre os interesses agrários exportadores e o capital industrial, o que acabou gerando restrições para a constituição do sistema produtivo propriamente industrial. Diante de uma situação dessa natureza, o advento da industrialização se fez nos limites impostos pela posição dominante do complexo agroexportador cafeeiro com forte intermediação comercial-financeira do capital internacional imperialista.

A sociabilidade brasileira constituiu-se, portanto, no interior daquela conciliação em que foi determinante a cumplicidade com o atraso sócio-político, adentrando, então, na modernidade de modo descontinuado e retardatário.

³ A produção intelectual do período foi emblematicamente representada pelas obras de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*; que segundo Antonio Candido “parecia exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (CANDIDO, 1999, pp. 9-11).

Nos três primeiros decênios do século XX, assiste-se a um conjunto de transformações que levou em parte a remoção de certos aspectos dos quadros econômico, político e social vigentes. Marcado pelas contradições advindas de nossa formação histórica, esse período converteu-se em fonte de preocupação tanto para o pensamento autocrático como para o pensamento crítico nacional⁴.

No campo da resistência à modernização capitalista tais reflexões mobilizavam um largo espectro ideológico que, em linhas gerais, contrapunha a proposta de duas facções: os agraristas e integralistas, de um lado, e de outro, os defensores de uma nacionalidade ancorada na produção industrial racionalizada. No campo da resistência à modernização capitalista tais reflexões mobilizavam um largo espectro ideológico que, em linhas gerais, contrapunha a proposta de duas tendências: os agraristas e integralistas, de um lado, e de outro, os defensores de uma nacionalidade ancorada na produção industrial racionalizada.

No plano dos agraristas, encontramos o “tradicionalismo moderno” de Oliveira Vianna e sua defesa aos interesses da grande propriedade rural, enquanto o integralismo de Plínio Salgado da AIB, preconizava uma sociabilidade imaginária de pequenas propriedades agrárias e insignificantes unidades fabris, numa proposta que Astrojildo Pereira chamou de “utopia reacionária”, em seu célebre *Manifesto da contrarrevolução* de abril de 1931. Mais do que uma forma mimética do fascismo europeu, porque não possuía as mesmas condições históricas, o “Rumo à terra” da *ideologia curupira*, tinha raízes na herança tradicionalista e traços da doutrina social da Igreja. Era, portanto, uma forma de crítica romântica à um capitalismo industrial incipiente.

Os “demiurgos da ordem”, a par de algumas diferenças, foram unânimes em reunir soluções que apontavam desde o itinerário político até propostas econômicas rumo à modernidade, mas que tinham em comum o viés conservador.

Nesse campo, destaca-se o ensaísta e jornalista carioca Antonio José de Azevedo Amaral (1881-1942), ideólogo singular da corrente industrialista, partícipe do intenso debate teórico dos anos 1930 que se posicionava sobre os rumos da construção da identidade nacional. Apesar de formar-se em medicina, quase nunca a praticou, exercendo outras

⁴ Caio Prado Jr. seria o representante mais ilustre entre outros do pensamento crítico nacional. Em sua lucidez permanente atestava o inacabamento de nossa modernização retardatária. Na ocasião quando protestava contra o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que presidia em 1935, afirmava: “O nosso mal é profundo, é medular. Precisamos extirpá-lo se queremos ser uma nação digna deste nome. O Brasil é sem mais nem menos, um país precocemente decadente” (PRADO JR., *A Platéia*, 26 jul. 1935). No entanto, não cabe nos limites desse artigo, a discussão da vertente marxista do pensamento social brasileiro.

atividades profissionais, fundamentalmente o jornalismo. Como ensaísta e jornalista cidadão, estava vinculado a um dos setores de ponta do campo ideológico, o das comunicações participando da grande imprensa⁵.

Azevedo Amaral buscava, a partir do entendimento da constituição da “evolução nacional”, identificar os entraves reais ao progresso brasileiro, cuja superação levar-nos-ia ao encontro de nossa verdadeira identidade nacional. Em outras palavras, expressando com nitidez as perspectivas de uma burguesia industrial tardia e subordinada ao imperialismo, este ideólogo defendia a ideia de que a constituição de nossa nacionalidade seria alcançada quando o Brasil atingisse um novo padrão de modernidade – o “*neocapitalismo de massas*”.

As formulações teóricas realizadas por Azevedo Amaral possibilitam o entendimento, a partir da raiz social que as instigaram, dos dilemas econômico-sociais brasileiros vividos então, bem como permite vislumbrar a *forma* como o resultado de suas indagações foi apropriado pelos segmentos de classe que representava.

Após o golpe de estado de 1930, os traços identificados no ideário do autor são próprios da fração autocrático-burguesa bonapartista de uma formação histórico-social tardia e subordinada, bem como sinaliza como tema central dos debates a busca de um caminho singular para o enquadramento da velha ordem nacional ao “mundo civilizado”. Nosso empenho aqui reside na investigação desse “perfil de conteúdos” que se explicita nas perguntas e respostas dadas por Azevedo Amaral em sua propositura de industrialização e modernização para o Brasil. Certamente, seu projeto nacional – ainda que não se constitua de modo sistematizado assim como o de Roberto Simonsen (cf. VIEIRA, 1987) – “acha-se nutrido, informado, plasmado e dirigido precisamente por este solo” (LUKÁCS *apud* CHASIN, 1999, p. 76) – por uma forma particular de constituição da sociabilidade com os determinantes histórico-sociais produzidos pela *via colonial* de objetivação do capital em nossa formação histórica.

É sabido, desde Marx, que o processo de desenvolvimento das sociedades regidas pelo capital se faz por meio de um desenvolvimento desigual e combinado.⁶ Há que reconhecer que “a mundialização do capital

⁵ Azevedo Amaral, começou sua carreira colaborando no *Jornal do Comércio*, *A Notícia* e no *Correio da Manhã*, sendo inclusive correspondente deste último, durante a I Guerra, em Londres. De volta ao Brasil, em 1916, assumiu interinamente a direção do *Correio da Manhã*, só saindo para fundar o *Rio-Jornal*. Trabalhou como redator-chefe de *O País* e fundou ainda *O Dia*, com Virgílio de Melo Franco.

⁶ O entendimento de tal problemática se funda sobre os múltiplos modos determinados de ser e ir sendo do capitalismo e se desenvolvem em campos particulares da própria universalização do capital como é tratada por Marx e Engels em sua teoria do desenvolvimento desigual. A partir da sucessão de movimentos sociais na Europa, conhecidos como a primavera dos povos 1848, Marx e Engels atuam e tematizam as especificidades sobre o processo do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Na “miséria alemã”, Marx caracteriza a burguesia reacionária porque ela associa-se a coroa e

subsume formações sociais distintas e engendra desenvolvimentos desiguais e combinados”, que esta universalização capitalista se põe sob as formas mais distintas e diversas na processualidade histórica. Isto é, as vias particulares de constituição capitalista apresentam-se, assim, numa cadeia de elos desiguais, configurando “espaços característicos da universalidade do capital, porém diferentes e hierarquicamente dispostos, sem o que a conexão entre eles não atenderia a finalidade que os combina” (CHASIN, 1980, p. 41).

Em nossa formação histórica, a estruturação da sociabilidade do capital foi forjada seguindo um caminho particular cujas determinações mais gerais apontam para um processo de uma modernização sem rupturas pautada pela subordinação estrutural, e cuja transformação de nossa realidade não se integralizou efetivamente. É nesse sentido que podemos afirmar que: o historicamente novo paga alto tributo ao historicamente velho.

Esta conciliação entre as categorias sociais representantes do velho e do novo exprime, na verdade, o fato de que a instauração da forma societária regida pelo capital em nosso país se processou sem o processo revolucionário constituinte como assegura Carlos Nelson Coutinho:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característica da "via francesa" ou da "via russa", a alteração social se faz mediante conciliação entre o velho e o novo, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo "pelo alto" que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 1974, p. 3)

E ainda, continuava o filósofo baiano, a questão da identidade nacional, em sua complexidade, diz respeito mais às formas materiais do que a aspectos psicológicos ou culturais, pois,

O decisivo é que a falta de identidade, sob seus distintos aspectos, não é uma questão superficial de personalidade ou cultura, mas de forma de vida e, na raiz, um problema que avassala a nível elementar da própria subsistência física dos indivíduos que integram o país. (COUTINHO, 1974, p. 48)

Os desdobramentos dessa forma de ser e ir sendo capitalista na configuração nacional, promoveu ou foi responsável por uma malha societária perversa, marcada em toda sua trajetória histórica pelas mazelas mais odiosas de nossa formação. Das marcas de um passado colonial com a presença de uma forte herança agrarista e escravista à presença contínua da conciliação pelo alto e rearranjos políticos entre classes proprietárias em distintos momentos dos processos de transformação da formação

a nobreza feudal contra a práxis proletária (cf. MARX *apud* COTRIM, 2010. Ver, ainda, LÖWY, 2010).

histórica do país e, em contrapartida, a exclusão permanente justamente dos segmentos despossuídos da população. A essa representação política corresponde uma alta concentração de renda e mando responsável por um universo de miseráveis e desempregados, resultante de nossa estruturação capitalista subordinada e excludente⁷.

Por via de consequência, essa forma de ser do capitalismo no Brasil, que objetiva alcançar o capital industrial sem processo revolucionário-democrático, resulta uma contraposição visceral entre evolução nacional e progresso social “dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social”. E a partir deste inacabamento de classe, da incompletude de classe do capital, é que se põe a impossibilidade de uma sociabilidade que aglutine o conjunto de seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, realizando a única forma que sabe operar através do “exercício autocrático do poder político” (CHASIN, 1980, p. 49). Este inacabamento de classe explica, assim, a impossibilidade da burguesia brasileira de propor e realizar um projeto democrático [revolucionário] para o país devido a incompletude de classe do capital em nossa formação⁸.

Nos dias de hoje é mais do que urgente e necessário compreender esse conjunto de fontes ideológicas de que o poder autocrático burguês se alimenta. Muito embora avaliações dessa natureza evidentemente não esgotem suas fontes, pois o pensamento de direita contemporâneo se transveste de novas fontes criando novos recursos e armas. No entanto, a análise do atual estado de coisas escapa aos limites do presente artigo. Nossa pretensão é bastante delimitada: intentamos aqui, como já anunciamos acima, o exame de um ideólogo representativo da corrente que, na década de 1930, buscava responder sobre a inadequação de uma república democrática da corte liberal, como via de possibilidade de modernização do país.

1. Gênese, desenvolvimento e crise da nacionalidade brasileira

A importância atribuída à compreensão da realidade nacional, no conjunto da obra de A. Amaral, é extremamente significativa. Ainda que esta inquietação possa ser atribuída ao seu cotidiano profissional de

⁷ E passando por uma sequência de transformações “pelo alto” desde a constituição do estado nacional, à formação da República, ao movimento de 1930, de 1945, pelo golpe de 1964, de 1984, ao golpe de 2016.

⁸ “Nós nunca tivemos um radicalismo burguês”, acentua Florestan Fernandes. “As revoluções típicas são a francesa, a inglesa e a norte-americana. As revoluções alemão e japonesa são atípicas, não desencadeiam revoluções burguesas, face à debilidade de suas burguesias” (FERNANDES, 1989, pp. 136-7).

jornalista que o obrigou a pensar em buscar soluções numa dimensão nacional, não podemos negligenciar o fato da grande efervescência do pensamento brasileiro, em geral, frente ao panorama de transformações e indefinições de nossa realidade em meados da década de 1920 e que tem como divisor de águas o movimento de 1930.

Esse momento, de significado singular, encerrava em seu bojo uma crise de proporção internacional e que, ao refletir-se na subordinada realidade brasileira, destacava pontos de inflexão e exigia soluções rápidas e imediatas.⁹ O “encerramento” de um ciclo de acumulação calcado exclusivamente na dinâmica da agroexportadora e a perspectiva da articulação gradativa de uma acumulação capitalista de base industrial no Brasil, inscrevia a necessidade de se buscarem novas diretrizes interpretativas e programáticas para a nossa realidade. Nesse sentido, a tematização da modernização do quadro nacional, uma preocupação comum da intelectualidade brasileira naquele período, aparecia como uma das respostas possíveis à problemática na nossa formação histórico-social. Azevedo Amaral, homem de seu tempo e embebido no caldo de cultura de uma época, engajou-se nesse movimento mais geral como um dos seus intelectuais mais expressivos. Sua produção intelectual pautou-se por uma intensa atividade jornalística, pontilhada de pequenos ensaios até os anos 20, e seus livros – a parte mais significativa de sua obra ¹⁰– datam e expressam uma reflexão pormenorizada desse período singular da história brasileira. Nesse momento, as temáticas, que apareceram de forma embrionária no período anterior, sofreram um adensamento e ampliação, aumentando o leque de preocupações do autor.

Azevedo Amaral, ao tratar da problemática nacional, foi levado a repensar a “evolução” do processo histórico-social brasileiro. Frente ao quadro mais geral, Amaral “diagnostica” a realidade e perspectiva diretrizes para os problemas nacionais. Partidário de uma concepção evolucionista da história, ainda que frisa-se, com forte conteúdo determinista, o intelectual orgânico apontava que o desenvolvimento do processo de adaptação das sociedades e seus organismos políticos e econômicos às determinações peculiares da realidade comporta instantes de avanços e recuos, as individualizações de momentos históricos específicos são partes integrantes de uma mesma “onda progressiva” de elementos constantes, que se deslocam para estágios mais desenvolvidos da “condição humana”.

⁹ Refiro-me à crise de 1929, ápice de um processo de acumulação capitalista que havia sido desencadeado entre 1920-39 nos EUA. Segundo Coggiola, 1929 era uma crise cíclica, mas “diversa de crises anteriores, pois tinha um desenvolvimento, assumia proporções e acarretava consequências inteiramente novas” (COGGIOLA, 2009, p. 160).

¹⁰ Entre os trabalhos mais significativos podemos citar: *Ensaio brasileiro*, 1930; *O Brasil na crise atual*, 1934; *A aventura política do Brasil*, 1935; *O estado autoritário e a realidade nacional*, 1938, entre outros.

Ao refletir sobre a questão da descontinuidade no fluxo do desenvolvimento histórico, no entanto, Azevedo Amaral não descarta, contraditoriamente, a possibilidade das concepções “evolucionistas” cederem o seu lugar às “revolucionistas”. Ou seja, o “revolucionismo” sugere um “neo-humanismo” e a importância da intervenção dos indivíduos nas transformações sociais, sem abandonar o determinismo histórico. Por esta razão, “Não é preciso analisar esse conceito de desenvolvimento histórico, para concluir ser ele equivalente à noção de que o progresso das sociedades humanas se faz para um encadeamento de revoluções e não pelo fluxo contínuo de uma evolução gradual e essencialmente homogênea”. (AZEVEDO AMARAL, 1934, p. 24) No entanto, se a história se apresenta como uma cadeia seriada por descontinuidades em suas formas orgânicas de sociedade, Azevedo indica que ela mantém uma unidade no processo evolutivo da humanidade dada por um “fio unificador”, que aponta para uma etapa superior da evolução ao sentido da história. A etapa superior da evolução da humanidade proporcionada pela modernização da civilização industrial.

Mas, na concepção azevediana, o que vem a ser “revolução”? Para o ideólogo um processo revolucionário está ligado a circunstâncias históricas específicas e depende da intervenção de grandes lideranças ou de grupos dirigentes, armados de um projeto ideológico que perspective mudanças duradouras para toda a coletividade para promover a evolução da humanidade. Ou seja, tem como pressuposto a “ação das elites, que mobilizam as massas populares para os fins por ela visados, de maneira semelhante a que um estado maior mobiliza os quadros de reservistas de um exército” (AZEVEDO AMARAL, 1941, p. 25).

Desse modo, uma “revolução”, segundo Amaral, sempre contém em si uma dimensão conservadora, o que ele denomina de “renovação conservadora” entendida não como um retorno ao passado, mas o resgate as verdadeiras “tradições nacionais”. Em outras palavras, toda revolução autêntica, promove uma “renovação conservadora” e se liga ao sentido da nacionalidade: a civilização industrial. Ficam descartadas assim, as revoluções populares desencadeadas pelas classes subalternas que, segundo ele, ainda promovem processos de natureza destrutivos e violentos com reações próximos da barbárie e do “selvagismo”. É, portanto, de posse desses condicionantes analíticos que a análise azevediana procura o entendimento da realidade brasileira.

1.1. Gênese e desenvolvimento: da colônia à república

Por meio de tais determinações, Amaral busca identificar os pontos de inflexão da nossa história mais ajustados ou não aquele

desenvolvimento que conduziria a um ponto de equilíbrio fim de uma pré-história, mas, também, começo da própria história brasileira, que corresponderia às formas superiores da civilização cujo elemento básico seria a industrialização.

Este sentido está inscrito, segundo ele, nas formas embrionárias dadas na gênese econômica de nossa nacionalidade. A colônia, que se encaminhava progressivamente no sentido de desenvolver a sua própria “Revolução Industrial” nos moldes de um país “civilizado” – com o desenvolvimento da mineração e a possibilidade da criação de uma indústria pesada –, foi bloqueada pela dominação portuguesa. Afirmava o autor:

(...) o Brasil faria sua independência política integrada no círculo da revolução industrial, precipitada pelo uso do vapor como força motriz. Seríamos uma nação emancipada, diante da qual se abririam perspectivas análogas às que prenunciaram aos Estados Unidos uma posição de grandeza como nenhum outro povo atingira nos tempos históricos (AZEVEDO AMARAL, 1935, pp. 128-76).

Ademais, com a vinda da família real e a constituição de um estado fiscal, usurpador de energias sociais e manietado pela dominação inglesa, este poder “parasitário”, exercido sobre nossa realidade, facultou a destinação agrária de nossa formação. Em essência, esta política agia no sentido de interromper o “promissor” desenvolvimento industrial em nosso território. A produção dependia agora das bases precárias da agricultura, responsável durante todo o século XIX pela instabilidade da economia nacional, da moeda brasileira e da fragilidade do Tesouro Nacional. O controle e a condução da organização das forças sociais, ditado pelas forças econômicas, passava para o núcleo dirigente da economia do país naquele momento – os proprietários de lavouras e engenhos destituídos do “espírito empreendedor e organizador, na medida em que viviam no círculo mais acanhado e precário da lavoura” (AZEVEDO AMARAL, 1935, p. 183).

Já no final do século XIX o desenvolvimento econômico brasileiro alcançado como decorrência da inovação agrícola processada pela cafeicultura paulista, vinha se afirmando regularmente, contraditando a organização política do país. A retomada e desenvolvimento da nascente indústria, das estradas de ferro, telégrafo etc., ao criar uma mentalidade que atingiu e modernizou as forças retrógradas de produção, acarretou a necessidade de transformação das estruturas econômicas e políticas em que o país vivia. Evidenciava-se o descompasso entre organismo político cristalizado nas instituições monárquicas e o avanço de alguns setores produtivos na realidade.

De acordo com o autor, o movimento republicano, que assim se põe, buscou eliminar a tendência centralizante do estado imperial, que subordinava os interesses econômicos da nação a querelas políticas, garantindo a autonomia provincial das regiões mais dinâmicas. Este movimento, de raízes exclusivamente econômicas, teria como expressão política e social aquelas forças que buscavam a renovação e pretendiam a retomada do sentimento econômico em nossa evolução. A mudança do regime foi dirigida pelas classes dirigentes da economia do país que buscavam implementar as tendências progressistas desenvolvidas na realidade, porém sob o signo da modernização excludente¹¹.

O pensador carioca ressaltava, no entanto, que se de um lado, a república abriu possibilidades no sentido de um avanço industrial, por outro, possibilitou no nível das instituições políticas, o desenvolvimento da política liberal com seus mecanismos “promíscuos”, que desorganizaram a estrutura produtiva brasileira, base segundo a qual poderiam reemergir “as forças vivas da nação”.

Azevedo Amaral identifica este longo período de desajuste com uma “aventura política”. Isto significa que, desde inícios do século XIX até meados da década de 1930, houve uma mudança de rota e um bloqueio à construção de nossa identidade nacional.

2. Os anos 1920 e 30: o final da aventura e a construção da história

A impossibilidade da I República absorver as diretrizes do movimento que lhe deu origem e desenvolvesse um tipo de estado que impulsionasse na economia brasileira o desenvolvimento industrial – forma social superior de desenvolvimento da humanidade – deveriam ser buscadas na herança das classes agrárias nacionais, segundo Amaral. Esse segmento social, predominante desde o período imperial, permearam a administração política da república, obstaculizando o fluxo contínuo que havia sido detonado na sua gênese.

A *débâcle* de 1929, de proporção mundiais, atingiu de forma fulminante os setores de matérias-primas e produtos agrícolas, interferindo diretamente nas economias que se processavam através daquela forma de produção. Para o autor em tela, o destino da I República estava traçado: da mesma forma que o café lhe dera vida e identidade,

¹¹ Segundo Heloísa M. Starling, no final do século XIX, a palavra “república” representava futuro e sinônimo de modernização e civilização. No entanto, se a república era uma possibilidade concreta no Brasil, ela se realizou de forma “enviesada”. Afirma a autora, “é possível identificar seu traço perverso: a república proclamada em 1889 era uma forma de governo, excludente e sem nenhuma sensibilidade para a questão social. Algo deu errado no nosso desejo de futuro” (STARLING, 2019, p. 192).

também determinara o seu fim, seu principal desdobramento foi a “Revolução de 1930”!

De acordo com Amaral ainda, a crise de 1929 – expressando a própria crise do liberalismo no nível internacional – será determinante para o surgimento de um processo de “renovação conservadora”, que lhe parece não um retorno ao passado, mas um resgate e ajuste à tendência histórica presente na própria realidade brasileira.

A “Revolução de 1930”, por seu turno, em que pese este caráter “renovador”, que buscava reorientar a economia como um todo –, acabou por refletir um conjunto de perspectivas de políticas diferenciadas, abrindo, com isso, um “vácuo de poder”, que retardou e desviou a nacionalidade de seu trajeto natural, pois estavam em contradição com as tendências originárias da nossa história. A Constituição de 1934 seria, para o autor, a expressão cabal dessa multiplicidade de tendências políticas, assim como a tentativa última e frustrada de se efetivar um estado liberal-democrático no Brasil. Adentrávamos uma fase crítica que poderia ser caracterizada como o epílogo daquele desvio de três séculos de nossa trajetória evolutiva.

Nesse passo, é importante lembrar que a leitura azevediana de nossa história possui a peculiaridade de enquadrar em cada momento de seu evoluir o descompasso ou inadequação entre as formas políticas “artificiais” e as virtualidades da organização econômico-social, que se distanciam, nessa disjunção, da verdadeira dimensão de nossa nacionalidade.

Trata-se agora de superar a inadequação das formas políticas artificiais e reengatar a verdadeira dimensão de nossa nacionalidade abandonando a “aventura política” representada pelo advento da república. Ou seja, como debelar as mazelas políticas produzidas sob a égide do liberalismo que afastou nossa formação social de seu verdadeiro curso histórico? Mas, o que vem a ser este “verdadeiro sentido” de nossa nacionalidade?

Na resposta dada por Amaral a tais questões, surge o estado forte e coeso como o instrumento necessário para a superação das mazelas nacionais. Interessa-nos entender como a questão do estado é tecida na lógica conceitual azevediana: de que maneira um processo de transformações profundas em nossa realidade deveria ser e capitaneado por um estado – o “autoritário”, criador e potencializador de medidas que arrancassem a capitalismo brasileiro do atraso em que se encontrava. O desvendamento de tal problemática também contribuiria, de forma singularizada, para o entendimento de uma temática central do pensamento conservador das décadas 1920/30: a apreensão das bases da modernização pelo alto.

Para o ideólogo, o estado possui como fundamento uma dada organização social, com quem mantém estreita relação. A noção de um descompasso ou mesmo de independência não deve existir, pois romperia com a função básica desse organismo, qual seja a de um “aparelho de coordenação e de orientação do dinamismo de uma coletividade” (AZEVEDO AMARAL, 1935, p. 22). A interdependência entre esses dois momentos da sociedade seria, portanto, o princípio regulador da toda manifestação de ordem política e social.

O papel ativo e intervencionista atribuído ao estado – a sua ação catalisadora – somente se realizaria quando esse organismo espelhasse as demandas sociais impostas pela coletividade. Realidades caracterizadas pelo descompasso entre esses planos que a compõe apresentam distorções graves em suas instituições políticas, responsáveis por um tipo de ação obstaculizadora na solução de seus problemas¹². A discussão teórica e formalização da tipologia desenvolvida por Azevedo Amaral a esse respeito ultrapassa, no entanto, os limites desse artigo¹³.

Dentre as diferentes modalidades de estado, o único que possibilita o desenvolvimento da liberdade individual é o tipo econômico, pois é nesta formação que se tem como intuito a promoção da riqueza material e onde se encontram, ainda segundo nosso autor, as condições objetivas para o exercício da liberdade da consciência e o próprio desenvolvimento científico.

Como veremos a seguir, a formulação do “estado autoritário”, tipo de estado econômico, deveria corresponder ao destino próprio de sua formação histórica; com isso, o devido ajustamento entre “realidade” e ação coordenadora do estado, facultaria a verdadeira construção da nação brasileira: impulsão da industrialização e promoção do progresso social.

¹² A questão da interdependência das estruturas organizativas com relação à sociedade, foi amplamente tematizada pela intelectualidade conservadora das décadas de 1920-30. A leitura da crise instaurada em nossa realidade, na angulação de alguns de seus pensadores, tinha como gênese a inadequação do estado à realidade brasileira. No pensamento azevediano, tal temática ocupa papel significativo na montagem de seu arcabouço teórico, ainda que sofra influência do ambiente intelectual de sua época. Como desdobramos, A. Amaral indica que os grandes problemas nacionais têm raiz na profunda dicotomia entre a realidade e o estado, resultando numa ação política incorreta, que não observa as necessidades e determinações inscritas no social a ser coordenado. No entanto, diferentemente de outros autores que reduzem a solução da inadequação do estado brasileiro a uma reforma estrutural no plano jurídico-institucional, nosso autor propõe a estruturação de um estado de tipo novo (o autoritário), com novas funções que ultrapassam os planos indicados, atingindo a economia como solução para uma ação transformadora/modernizadora da realidade.

¹³ O livro *A aventura política do Brasil*, datado de 1935, além de se constituir num extenso diagnóstico da formação histórica brasileira, é referencial obrigatório para entendimento das organizações sociais em geral, e especificamente, do conceito de estado do autor. Ainda que tal problemática tenha merecido atenção em quase a totalidade de obra de Azevedo Amaral, foi nesta em questão, que ganhou tratamento sistemático e pormenorizado.

A correção da “aventura política” que isolou politicamente os fatores econômicos da realidade brasileira só poderia ser resgatada por meio de um estado forte e coeso. Adiantando a matéria, pode-se afirmar que esse estado seria o “estado autoritário”. A formulação dessa proposta no pensamento azevediano passava pela crítica ao liberalismo e ao totalitarismo, que, diga-se de passagem, está presente em todo pensamento conservador brasileiro da década de 1920-30.

3. A construção do “estado autoritário”: crítica ao liberalismo e ao totalitarismo

Azevedo principia a crítica ao liberalismo priorizando no nível dos pressupostos teóricos, a crítica à concepção evolucionista¹⁴ e ao conceito de igualdade presente na concepção de mundo liberal; e posteriormente, ao desajuste do liberalismo frente ao momento histórico vigente. Quanto ao totalitarismo (nazi-fascismo e comunismo), Amaral também oferece um tratamento crítico situando-o como pseudoresposta superadora do liberalismo, uma vez que desvirtua os princípios do conceito de estado. Passemos ao exame sucinto desses pontos, tentando particularizar a crítica azevediana ao liberalismo, tendo em vista inclusive, como salientamos linhas acima, que tal temática se constitui num dos aspectos centrais do debate intelectual dos anos 1930¹⁵.

Amaral indica que a síntese das influências acima mencionadas fez com que o liberalismo se apoiasse no conceito de igualdade formulado em bases falsas, gerando práticas e mecanismos político-institucionais irrealistas. Entre eles, destaca-se o sistema de representação através do sufrágio universal, que promove a ilusão de se verificar a vontade “autêntica” da nação, mas que, no entanto, objetiva o poder político para a defesa dos interesses específicos dos setores que compõe a classe dominante. Para tal fim, multidões de eleitores são manipuladas, dando legalidade à conquista do poder por um dos grupos dominantes.

Isto é, para o autor, esse procedimento liberal comete o “erro igualitário”, toma a verdadeira igualdade, própria do regime democrático

¹⁴ Ainda que em alguns momentos, como mencionamos atrás, o autor se declarasse evolucionista. Percebe-se que ao longo de sua obra, Amaral oscila, de acordo com conveniências, entre evolucionismo, determinismo e abraça ainda posições voluntaristas. No entanto, a possibilidade de intervenção na realidade era visto como possível, desde que na ótica das elites, como uma “renovação conservadora”.

¹⁵ A crítica ao liberalismo constituiu-se em um dos temas capitais dos pensadores na intensa discussão que envolvia os anos 1920/30. Vários autores tais como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale, entre outros dedicaram páginas de suas obras a uma acirrada contestação dos princípios liberais vigentes naquele momento.

– a igualdade de oportunidades –, por uma igualdade em abstrato, não levando em conta as particularidades humanas.

Essa determinação tem como desdobramento outro aspecto ainda, a desfiguração do conceito de estado. Primeiramente, o igualitarismo, enquanto matriz fundante do liberalismo consiste num grande equívoco da prática desenvolvida pelo estado liberal, na medida em que descaracteriza a noção de autoridade inerente ao conceito de estado. Afirma o autor:

o erro fundamental de todo sistema igualitário da democracia provinda da revolução francesa foi admitir o absurdo de formas de governo, em que fosse possível a entrega do Poder Supremo a quem representasse apenas o papel de mandatário das massas e executor dócil da sua vontade (...) todas as calamidades (...) decorrem dessa ilusão macabra de que o governo podia reduzir-se à mera delegação dos governados (AZEVEDO AMARAL, 1941, p. 38).

Outro aspecto importante a ser considerado, reside na problemática da representação do estado. Frente à multiplicidade de interesses sociais, o estado no liberalismo seria regulado pelo princípio da neutralidade econômica, enquanto medida de proteção contra abusos entre as diferentes frações da classe dominante e a preservação dos interesses comuns entre estas. Portanto, desvirtua o caráter básico do conceito de estado negando o papel de centro coordenador das atividades de uma sociedade.

Amaral considera ainda, que o pensamento contemporâneo, principalmente na vertente do liberalismo, resente-se da evolução científica questionadoras do conceito de evolução, bem como do “pensamento revolucionário”¹⁶.

O “revolucionismo”, tanto na ciência como no plano da ação política, descarta os métodos evolucionistas tão utilizados pela “velha escola liberal”. O confronto internacional colocava em prática os “métodos” de intervenção direta defendidos pelo revolucionismo, evidenciando a possibilidades das ações revolucionárias. Para o autor em tela, a expansão da revolução técnico-industrial, a urbanização e o surgimento das massas no cenário econômico e político, resultado do desenvolvimento do “capitalismo de massas”, transformavam o estado liberal-democrático em uma instituição anacrônica e inadequada para

¹⁶ Azevedo chama também nossa atenção para o “espírito revolucionário” que presidia o novo século papel que a “dialética de Hegel veio exercer no desenvolvimento político de nossa época através da obra de Karl Marx” (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 186). Para o autor, Marx colocava “nos próprios homens, enquanto agentes transformadores, a condução da transformação final da sociedade por meio da revolução – fórmula realizadora dos efeitos acumulados no desenvolvimento histórico” (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 187). Isto é, os processos históricos poderiam sofrer alterações e mudanças radicais por meio de uma intervenção racional, sem, portanto, ficar à mercê de um esquema evolutivo.

atuar na realidade como centro coordenador das atividades econômicas, políticas e sociais.

E como Amaral identificava a inadequação do liberalismo no cenário nacional?

Num primeiro momento, a proposta liberal, que tem como fundamento estabelecer a vontade geral, encontraria dificuldades diante da própria conformidade brasileira. Aponta nesse sentido a imensidão de nosso território, a diluição e desarticulação econômica e social da população impossibilitada de uma leitura da problemática nacional, e o imenso número de analfabetos que não apresentavam condições mínimas para votar.

Com isso, frente a essas variáveis tão diversificadas, uma eleição firmada no sufrágio universal tenderia invariavelmente falsear a realidade, não avaliando de forma verdadeira a “vontade geral da nação”.

Outro ponto em que o autor sustenta seu antiliberalismo é o fato de que, ainda que fôssemos uma nação e nos constituíssemos enquanto povo, estávamos distantes de formarmos uma nacionalidade¹⁷. Para Amaral, a análise de nossa realidade indicava a existência de um “caldeamento entre as três raças” presentes na formação do país perfazendo uma etnia. No entanto, não poderia afirmar o mesmo quanto ao caldeamento cultural, pois persistiam na essencialidade os valores das culturas europeias, africana e ameríndia.

Resta-nos ainda indicar que Amaral apresentava como prova mais significativa da incompatibilidade da prática democrático-liberal, na realidade brasileira, a eleição para a Assembleia Constituinte de 1933. Essa havia sido realizada em circunstâncias favoráveis para seu pleno êxito, reunindo a “vontade das massas eleitorais expressa pelas urnas”. No entanto, para o autor, o produto dessa assembleia, o estatuto político de 1934 “é um monstro em que (...) se amalgamaram em verdadeiro pandemônio ideológico as doutrinas mais contraditórias, as tendências mais antagônicas e os pontos de vista mais irreconciliáveis” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 74).

E quanto ao “totalitarismo”¹⁸, como o autor realiza sua crítica?

¹⁷ Aqui caberia fazer um reparo: a formação de nossa nacionalidade é um tema que percorre a totalidade da obra azevediana. No entanto, em 1934, ao escrever *Brasil na crise atual*, Amaral constatou pesarosamente que a “Revolução de 1930” não havia conseguido reintegrar nossa realidade ao destino de sua nacionalidade. Esta questão acabou sendo resolvida em 1937, com a efetivação do estado autoritário promotor das condições ideais para a realização dessa necessidade nacional.

¹⁸ Se, como vimos, na posição marxiana, o estado é sempre usurpação de energias sociais, “excrecência parasitária” que possui seus conteúdos conformados pelas contradições sociais; o combate às concepções ontológicas de Marx, ensejaram um construto típico-ideal, o “totalitarismo”, tanto para o nazismo como para o estalinismo. Este universal abstrato pinça alguns elementos empíricos para lhe dar veracidade histórica. Separam o estado de sua forma estrutural que é a orgânica militar-policia, terrorista, a serviço do

Azevedo Amaral ao tratar da questão do totalitarismo, pondera a existência de uma tendência universal contemporânea – levando ao extremo a hipertrofia dos órgãos executivos e administrativos que acabava sendo exercida de forma ditatorial, e a sua extensão a todas as esferas do social, significativamente na produção. Inclinação essa peculiar à etapa da civilização onde o estado se põe como “centro coordenador das energias coletivas”. A abordagem do autor sobre as primeiras formulações do estado totalitário – a análise do bolchevismo, do fascismo e do nazismo – buscava entender estes fenômenos enquanto tipos específicos que expressavam a ultrapassagem do liberalismo fracassado. O caso alemão como outra componente desse processo iria somar-se a essa análise somente em 1934¹⁹.

Azevedo busca demonstrar que a questão da autoridade, central na atualidade, não é entendida de forma adequada pelo estado totalitário. Ainda que esta formulação ao fazer a crítica ao liberalismo reponha a autoridade como traço indissolúvel do estado em geral, o faz de forma enviesada. Ou seja, o estado totalitário acabava cometendo a mesma falha que o liberalismo quanto ao entendimento e prática da autoridade, porém o faz com o sinal trocado. Se no liberalismo, o talhe igualitarista ausenta e

capital. Segundo esta posição ideológica, a violência não é um fenômeno político. Da Revolução Francesa, esses intelectuais orgânicos do sistema do capital capturam o jacobinismo com a emergência de líderes populares fanatizados que se dizem os representantes dos interesses materiais das massas. Hannah Arendt ao separar o mundo do trabalho da ação política, uma vez que as atividades da “condição humana”, “labor” e “trabalho” não podem jamais penetrarem à esfera pública, pois na ação política, os interesses plurais se conjugam numa liberdade pactuada e aceita por uma comunidade. Segundo Vitor Sartori, “Há na teoria de Arendt um combate à noção segundo a qual o homem faz sua própria história e pode tomar conscientemente seu destino em suas mãos. (...) para a autora, conceber a ação humana em termos de atividade teleológica seria permanecer em um campo essencialmente violento, portanto. E tal forma de raciocinar, aplicada à história seria nefasta. Isto, porém, é, para Arendt, justamente o que teria ocorrido depois das revoluções industrial e burguesa nas quais, para ela, ‘foi possível começar a falar em *fabricar o futuro* e construir e aperfeiçoar a sociedade como se tratasse da fabricação de cadeiras e da construção e reformas de casas’. Veja-se que a esfera produtiva (grosso modo, composta pelas atividades do labor e do trabalho) seria essencialmente instrumental e violenta para a autora. E se tal violência passasse para a história, os resultados seriam catastróficos.” (SARTORI, 2010, p. 532)

¹⁹ A Alemanha passa a ser examinada por Azevedo Amaral em 1934. A análise do estado alemão passou a fazer parte de suas preocupações somente após Hitler ser nomeado chanceler da Alemanha, em 1933. Em sua obra *Brasil na crise atual*, de 1934, o autor afirmava que a situação criada na Alemanha com a projeção do nazismo, não possibilitava ainda especulações futuras para os acontecimentos do III Reich. Em sua obra *Hitler*, Ian Kershaw dispõe: “Em janeiro de 1933, Hitler tinha um movimento organizado com as ideias nazistas de cerca de 13 milhões de adeptos e o empresariado alemão com o barão Kurt von Schröder, banqueiro de Colônia, pode articular a fração burguesa de apoio a Hitler”. Em continuidade, acrescenta que: “Os grupos dominantes não tinham o apoio da massa para maximizar sua ascendência e destruir de uma vez por todas o poder dos trabalhadores organizados. Hitler foi trazido a fim de fazer esse trabalho para eles. (...) A subestimação de Hitler e de seu movimento pelos articuladores do poder foi o *leitmotiv* das intrigas que o alçaram ao posto de chanceler!” (KERSHAW, 2010, pp. 281-2; 290)

deturpa a autoridade reduzindo o estado liberal a um órgão impotente; a natureza da autoridade do estado totalitário, era exacerbada, altamente compressiva e absorvente, podendo aniquilar a personalidade humana. Assim:

(...) o que define o totalitarismo, no sentido peculiar que a essa expressão lhe deu o fascismo, não é, portanto, a extensão do poder estatal, mas a natureza compressiva... aniquiladora da personalidade humana, que imprime às instituições um aspecto repelente, tornando-as tão incompatíveis com todos que prezam a dignidade do espírito (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 170-1).

4. O estado autoritário: intervencionismo e industrialização

É a partir dessas considerações críticas ao estado liberal e totalitário que Azevedo Amaral constrói a formulação do conceito de estado moderno também chamado por ele, de “estado autoritário” que levaria ao limite a autoridade característica de toda forma de poder, mas que tomaria para si a incumbência de promover o bem público, através do equilíbrio das esferas pública e privada.

Sendo assim no estado moderno, o autoritarismo enquanto essência da organização estatal e própria da democracia moderna, expressa-se como suporte político do executivo na condução eficiente da totalidade da vida social.

O caráter intervencionista do estado autoritário em Azevedo Amaral, pauta-se no critério da promoção do bem público, demarcando nitidamente o que o social tem o direito de impor ao indivíduo, através do aparelho do estado, e “o que forma a esfera intangível de prerrogativas alienáveis de cada ser humano” (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 171-2). Ou seja, nessa forma de ser do estado, não haveria

compreensão do indivíduo ou cerceamento das suas iniciativas e atividades... o critério de intervenção do estado no regime autoritário é promover primacialmente o bem público, mas sem comprimir ao reduzir as iniciativa e liberdades individuais além do ponto em que elas entrem em conflito com o interesse coletivo (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 171-3).

Para Amaral, o “estado autoritário”, através do autoritarismo, suporte político para o intervencionismo, teria a condição para promover e dirigir, técnica e eficientemente, a estrutura produtiva da sociedade, eliminando os entraves econômicos e promovendo a paz social para instauração de uma acumulação capitalista de base industrial. O atraso em que se encontrava a estrutura produtiva brasileira tinha como raiz a economia agrária calcada no latifúndio monocultor responsável não só pelo entrave ao desenvolvimento, mas também pelas mazelas da realidade econômica e política brasileira. O setor agrário, ao priorizar os lucros

advindos do mercado agroexportador descuidou do desenvolvimento de uma base econômica produtiva e da possibilidade de formação de um mercado interno. O peso da agricultura no processo de acumulação capitalista no Brasil foi responsável fundamental pelo atraso e incompletude dos fatores de produção na formação de uma economia nacional e, portanto, em grande parte, pela instabilidade da vida econômica do século XIX, só reabilitada a partir do “ciclo paulista da evolução nacional”²⁰.

Amaral considerava que a adequação da realidade brasileira à sua trajetória nacional pressupõe o fim da “aventura política” e antes de mais nada a adequação da estrutura econômica a um novo padrão de modernidade alcançado pela “evolução do mundo civilizado”, o que chamava de estágio do “*neocapitalismo de massas*”, que só poderia ser atualizado através do instrumento de um estado forte e interventor moderno – o “estado autoritário”. A intervenção desse mecanismo na esfera da produção asseguraria a construção do bem geral, contudo, preservando e permitindo os interesses de grupos e a própria atividade privada²¹.

A crise do capitalismo “individualista” evidenciava a incompetência da economia liberal no atendimento das exigências do progresso, como dos problemas gerados em uma “produção em massa”. Ou seja, no novo estágio da produção capitalista, o alto grau de especialização e produtividade, buscava incorporar as grandes massas da população no mercado consumidor. Na complexificação desse processo produtivo, a limitada liberdade individual ou o jogo das forças econômicas, não se apresentavam como a solução para as questões que brotavam na produção. A necessidade de uma intervenção ordenadora aparece como solução para equacionar e coordenasse às atividades econômicas da sociedade.

A natureza dessa direção poderia, contudo, tomar rumos diferenciados. Ou essa economia dirigida, refletiria o pensamento e a orientação exclusiva do estado, solução adotada pelos estados totalitários; ou então, o estado assumiria a direção da área produtiva, mas asseguraria

²⁰ No entanto, a resolução dessa problemática, indicava Amaral, estaria numa solução de complementaridade entre agricultura e indústria. De um lado o setor agrário que atuaria na produção de matéria prima para a indústria de outro lado, implementaria a produção de gêneros alimentícios, inverter a prioridade da produção agrícola, até então essencialmente exportadora, direcionando-a para o mercado interno.

²¹ Segundo Amaral nada mais ilustrativo para comprovar a importância do papel do estado na economia do que o programa de reconstrução levado à frente por F. Roosevelt, o *New Deal*. O caso americano afirmava a necessidade de um “órgão central e coordenador”, suficientemente poderoso, que asseguraria a intervenção nas atividades econômicas e sociais, garantindo, portanto, o consumo da “coletividade social”. O *New Deal* “destaca-se no mundo contemporâneo como a mais completa e audaciosa experiência planificadora até hoje tentada dentro das configurações do regime capitalista” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 140).

as iniciativas privadas, resultando numa economia equilibrada, e mantida por um “estado autoritário” e em especial assumida pelo estado do Brasil em 1937.

Outra dimensão enfatizada pelo autor carioca diz respeito à questão da segurança proporcionada pelo estado autoritário ao promover a superação da incipiente economia brasileira através da intervenção cirúrgica no processo produtivo e possibilitando o progresso social. Para Amaral, a miséria seria subversiva, pondo em risco a viabilização das bases de acumulação industrial em nosso país, pois

não é mero acidente fortuito a diferença que notamos entre a maneira como, nas nações de economia adiantada, se desenvolvem as oposições dos interesses sociais sem que precipitem crises violentas, e o modo invariavelmente tempestuoso em que se manifestam análogos choques nos países economicamente atrasados. (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 33)

4.1. Industrialização e capitais internacionais

Ainda que o “estado autoritário” atuasse na totalidade da realidade brasileira, e que a diversidade de problemas de nossa formação fosse grande, o ponto nodal que estrangulava a vida nacional residia na necessidade de um reordenamento econômico. Ou seja, para Azevedo Amaral a questão econômica, da perspectiva da industrialização, assume uma posição de destaque no equacionamento da realidade nacional, o que o distinguia da plêiade de teóricos que em 1930 debatiam os rumos da situação brasileira²².

A questão do progresso material, capaz de superar a miséria brasileira, contudo, só poderia ser equacionada através de um processo industrializatório levado adiante e capitaneado por um estado autoritário e corporativista. Ou seja, a preocupação com a industrialização é uma constante na obra de A. Amaral, o que também o diferencia frente a outros pensadores conservadores. É a partir dela que Amaral reinterpreta a história brasileira.

O diagnóstico da realidade nacional indicava ao pensador carioca que a economia agrária calcada no latifúndio monocultor seria responsável não só pelo entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, mas também pelas mazelas da realidade econômica e política brasileira. A industrialização, como realização do bem comum, apresentar-se-ia como a solução para a erradicação da nossa miséria e garantia para a autonomia política nacional e independência frente a outras nações.

²² Com relação aos integralistas ver: Chasin (1978) e Rago Filho (1999).

A ênfase, assim como a preocupação com a industrialização, atravessava toda a produção teórica azevediana e, portanto, se fez presente desde os seus primeiros escritos. A citação que faremos a seguir, ainda que longa, é primorosa, pois sintetiza todos os elementos levantados por nós:

A organização de um povo só atinge a etapa de desenvolvimento em que se delineiam os traços essenciais de uma nacionalidade, quando no curso do processo sociogênico as formas de produção se tornam suficientemente complexas para permitir à coletividade uma relativa autonomia econômica, habilitando a manter a vida econômica sem estar na indispensável dependência de artigos supridos por outros grupos humanos. (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 140-2)

Por outro lado, a industrialização promoveria a emancipação econômica e política, elementos necessários na construção da nacionalidade. Isto é:

Realmente, se a ideia nacional envolve o conceito de uma existência autônoma e se toda a independência política, que não corresponde a um estado de emancipação econômica mais ou menos considerado, não passa de situação precária na qual um povo se mantém pela condescendência de estranhos, é evidente que uma sociedade, obrigada a suprir-se fora de seu território dos artigos manufaturados de cujo consumo não pode prescindir, é desprovida dos requisitos essenciais da organização nacional. (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 140-2)

Assim, para Azevedo a viabilização de um projeto industrialista, elevando a realidade nacional a um patamar superior da civilização, asseguraria a nossa emancipação econômica e independência política e seria responsável, portanto, pela formação de um genuíno organismo nacional.

Como, contudo, realizar um projeto desse porte tendo em vista a enorme carência de investimentos privados? Amaral entendia que o nosso desenvolvimento industrial não poderia prescindir da ampla participação do capital estrangeiro. O afluxo de capitais e mesmo o desenvolvimento das indústrias estrangeiras no país não implicariam em riscos para a integridade nacional. Ou seja, a industrialização subordinada aos grandes centros hegemônicos do capital não seria incompatível com o nacionalismo pretendido, na medida em que através da

introdução de capitais estrangeiros e a cooperação do empreendimento técnico das nações mais adiantadas no nosso desenvolvimento econômico, opera-se no Brasil uma revolução que afeta mais profundamente a estrutura nacional, modificando os traços essenciais e abrindo novas diretrizes no seu dinamismo, que fizera a própria emancipação política (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 160).

Argumentava ainda que o não reconhecimento das oportunidades oferecidas pela “internacionalização das forças capitalistas” aos países em desenvolvimento poderia comprometer seriamente o desenvolvimento industrial do Brasil, na medida em que não contávamos com capital suficiente para implementá-lo autonomamente. Devemos levar em conta, ainda, a inevitabilidade de nossa herança colonial, que não nos legou as bases de uma economia sólida que potencializasse uma acumulação prévia necessária ao enfrentamento da industrialização.

É como ferrenho defensor do capital estrangeiro que o ideólogo conservador alertava para os riscos que o Brasil corria caso assumisse uma postura preconceituosa quanto ao uso do capital e técnica estrangeira. Assim:

As oportunidades inerentes à internacionalização das forças capitalistas estão sendo utilizadas por quase todos os países latino-americanos em escala muito maior que o Brasil, decorrendo daí o risco de nos atrasarmos sensivelmente na marcha evolutiva das nações desse continente. (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 256)

O pensador carioca apontava a existência de posições permeadas de “nacionalismo econômico” que ganharam acabamento e se institucionalizaram na Constituição de 1937, ao restringir a exploração das minas, quedas d’água e fontes de energia hidroelétrica exclusivamente a empresas e pessoas brasileiras, reduzindo, ou até mesmo, inviabilizando a possibilidade da exploração de minérios e de, energia hidroelétrica, elementos essenciais para a expansão da riqueza nacional.

Com esses elementos, achamos que fica esclarecida a posição e importância atribuída ao capital financeiro no projeto de modernização na concepção azevediana²³.

Outro desdobramento da questão do capital estrangeiro diz respeito à captação dos empréstimos no exterior, o que ilustra mais uma vez o papel do estado autoritário no projeto mais geral da modernização.

Como afirmamos, o “estado autoritário” exerce um papel central na análise azevediana, obedecendo a uma tendência contemporânea. Contudo, sua função é coordenar a economia, sendo estranho a esse organismo adotar “função industrial a não ser que os interesses públicos o aconselhem”. Soma-se a isso que tal atitude não lhe é própria, pois

²³ A crítica ao nacionalismo radical e à política de imigração constituíam-se nos dois únicos pontos a cujo respeito Amaral fez restrições à Constituição de 1937. No entanto Amaral concordava com algumas medidas promovidas por esse “racionalismo econômico”. A nacionalização de bancos de depósito e de empresas de seguro, ambos operando com capital produzido aqui, foram elogiados pelo autor. Por outro lado, este dispositivo não abrange os bancos de inversão, que operariam com capital próprio “aplicando-os em empréstimos às indústrias, lavoura e outras formas de atividade produtiva” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 129).

infringiria a própria Constituição no que se refere às iniciativas privadas. O mais conveniente seria, segundo Amaral, que o capital estrangeiro apontasse aqui através de “aplicação no empreendimento privado”, buscando evitar que o estado suprisse a necessidade de o crédito externo mediante o “sistema de empréstimos externos públicos” sempre mais oneroso.

A nosso ver, a aparente contradição de uma proposta nacionalista que para se viabilizar não pode prescindir do capital monopolista externo deve ser buscada na maneira singular de ser do processo de acumulação e reprodução capitalista no Brasil. Capitalismo que, ao se por tardiamente no caminho da industrialização, sem se livrar das forças agrárias mais retrógradas, gerou uma burguesia autocrática e subordinada que não pode dispensar a ação interventora do estado e a associação subordinada ao capital imperialista utilizando forte aparato repressor contra trabalhadores e camponeses.

5. “Estado autoritário” corporativo e organização do trabalho

Há que se considerar que para Amaral, o desenvolvimento industrial elevou os objetivos sociais da produção, fazendo com que as formas de luta de classe fossem substituídas por formas de cooperação, que buscavam a cooperação entre capital e trabalho. Afirma Amaral: “A organização trabalhista representa, sob o ponto de vista em que os fatos econômicos passaram a ser examinados, um fator tão essencial ao desenvolvimento das atividades produtoras como a sistematização dos recursos do capital”. (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 259).

Naturalmente, o “elogio” à organização trabalhista encobria o anticomunismo presente nesta proposta. Em seu modo de enxergar a realidade, a organização racional do proletariado através dos sindicatos constitui-se no instrumento mais eficaz para barrar o “proselitismo comunista”.

Em suma, para o pensador carioca o sindicalismo, na ideologia trabalhista, não expressaria um conflito de classe. Pelo contrário, sua eficácia poderia ser comprovada pelo do sucesso econômico alcançado em países tal como Inglaterra e Estados Unidos,

onde o máximo de organização trabalhista corresponde ao mínimo da influência comunista, para demonstrar como o intuito de conservação do nosso patronato o deve induzir a animar por todos os meios ao seu alcance a sindicalização do operariado, que com ele colabora na criação da riqueza social (AZEVEDO AMARAL, 1930, p. 261).

A função organizativa dos sindicatos não só despolitizava como também colocava os trabalhadores sob a “proteção” do estado. Postulado

este essencial que, ao garantir a “paz social” asseguraria o andamento do projeto de modernização a ser capitaneado pelo “estado autoritário” na forma corporativo.

Ainda que desde o início de sua obra, em 1930, o autor apontasse como movimento mundial o robustecimento e a intervenção do estado na totalidade da vida social, a temática do corporativismo²⁴ aparecia em sua obra, por meio da análise do caso italiano. O regime corporativo enquanto tendência política, e pensada também para a realidade brasileira, esboçava-se em seus escritos a partir de 1935-6.

Ante ao fracasso do estado liberal, o fenômeno corporativista, assim como o estado autoritário moderno, aparece como exigência contemporânea, universal, para ordenação da economia, não se constituindo, portanto, um regime político particular²⁵. Como resultado, a noção de estado autoritário foi ganhando contornos mais confluentes com a determinação corporativista. No artigo “Em torno do estado corporativo” (1936) Amaral atenta para a inadequação do regime de democracia liberal nos países latinos, bem como a ausência de condições psicológicas para o seu desenvolvimento. Ou seja, a determinante biopsíquica mais uma vez interferia, indicando o estado corporativo como a forma organizacional mais adequada à nossa realidade, pois,

(...) basta dizer que fora da organização corporativa não é possível, nos países onde as condições psicológicas não permitem o funcionamento das instituições da democracia representativa, na sua modalidade anglo-saxônica e nórdica, organizar a sociedade de forma estável fora do conceito corporativista. A experiência secular do sufrágio promíscuo, redundou nos países latinos, na ataxia política característica do momento atual, com as suas perturbadoras possibilidades de uma escolha entre despotismo e a anarquia. (AZEVEDO AMARAL, 1936, p. 19).

O corporativismo, entendido enquanto tendência contemporânea pode adaptar-se a estrutura de qualquer regime político. Tendo como princípio regulador a “preponderância da coletividade sobre o indivíduo e

²⁴ O pensador carioca apontava que essa orientação econômica, o corporativismo, ganhava concreticidade em nossa realidade através do Conselho da Economia Nacional, criado na Constituição de 1937. Através desse órgão, o Estado Novo ditava as diretrizes da futura ordem econômica a ser desenvolvida: a organização corporativa estabelecida na letra a do art. 61 da Carta Constitucional de 1937. Através desse órgão, o Estado Novo ditava as diretrizes da futura ordem econômica a ser desenvolvida: a organização corporativa estabelecida na letra a do art. 61 da Carta Constitucional de 1937.

²⁵ Amaral indica as obras de Pierre Lucius, *Une grande industrie dans la tourmente*: le corporatisme devant les realistes e de G. Michelis *La corporation dans le monde*: economie dirigée internationale, como dois autores que ressaltam o caráter econômico do corporativismo, como também a universalização desse sistema. Além dos autores citados, Manoilescu também seria uma fonte indicada. O livro *O século do corporativismo*, traduzido e apresentado no Brasil por A. Amaral, constituiu um dos pilares centrais sobre o assunto.

do bem público sobre os interesses particulares de cada membro da sociedade”, o corporativismo só encontraria incompatibilidade com a democracia liberal (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 124). Para ele, o corporativismo não só não se adaptaria ao liberalismo no plano político, como em sua expressão na esfera da produção, isto é, no “regime capitalista da época ultraindividualista”.

Diferentemente, o capitalismo na atualidade, isto é, o “*neocapitalismo*” com o crescente desenvolvimento da “técnica industrial” e conseqüentemente a produção em massa, expressa os fundamentos corporativistas. Nessa fase, os interesses individuais, assim como as organizações privadas, encontram-se articulados e coordenados em prol de uma finalidade comum.

Segundo Amaral:

o neocapitalismo (...) foi forçado pelos imperativos das condições inerentes à sua própria natureza, a tomar como característica mais significativa de sua fisionomia um sentido nitidamente corporativista, [em síntese o] (...) neocapitalismo contemporâneo (...) bem pode ser qualificado de capitalismo corporativista (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 125).

Ainda que o “estado autoritário” nacional tivesse como diretriz a organização da economia em um regime corporativo, Amaral ressaltava o caráter indicativo da Constituição de 1937. Na verdade, a Carta estadonovista mais orientava o sentido da economia do que estabelecia programas concretos. Estes deveriam ser construídos através das experiências históricas.

O autor, ao propor o viés corporativista na estrutura do “estado autoritário”, buscava enquadrar a realidade econômica brasileira nos moldes de um capitalismo mais avançado, o *neocapitalismo*. Ainda que o corporativismo fosse uma característica de uma economia altamente desenvolvida, ao inverter os termos dessa equação Amaral buscava instaurar a modernidade numa realidade onde se ensaiavam os traços de uma industrialização. Dessa maneira, o projeto de modernização seria encaminhado “pelo alto”, da maneira mais conveniente para os setores dominantes e sem a interferência das massas. Era possível antever os significados pretendidos por Amaral. Significados, que iam ao encontro, naquele momento, da proposta de projeto de nação desenhado por Vargas.

A temática do corporativismo²⁶ envolve ainda, a polêmica que insiste em reduzi-lo a uma criação do regime fascista. Para Amaral essa era

²⁶ Em sua obra *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*, Ricardo Antunes critica a constituição da estrutura sindical imposta à classe trabalhadora e a noção do estado corporativista no governo Vargas pós-1930. A historiografia brasileira, em seus termos, não questiona a determinação social e a função do corporativismo na *via colonial* de objetivação do capital no Brasil. Por esta razão, esses estudos não problematizam as especificidades históricas de formações sociais distintas, comparando o capitalismo

uma ideia reducionista e, pelo contrário, a experiência italiana havia corrompido “(...) o sentido da organização corporativista (...) invertendo a ordem lógica das relações entre estado e os sindicatos econômicos e profissionais” (AZEVEDO AMARAL, 1938, pp. 101-23). A ideia corporativista remonta a Idade Média cristã, quando a organização europeia, pautada na solidariedade econômica coletiva, teria sido mais humana e criativa do que a fase inicial do capitalismo. Portanto, o corporativismo ao ser retomado no século XX, transcende enquanto tendência da contemporaneidade se eterniza e ganha caráter universal.

Cabe afirmar o apoio dos católicos brasileiros às posições de Mussolini. Recorrendo ao importante trabalho de Anna Rosa Campagnano, “Para a opinião católica brasileira, Mussolini nada tinha de perverso; ao contrário, por haver conciliado em 1929 a Igreja e o estado pelos acordos em Latrão, por justificar a expansão colonial pela catequese, por combater o comunismo, respeitar – por algum tempo – a liberdade religiosa, manter a ordem e o progresso interno, colhia a admiração e o elogio da hierarquia eclesiástica. (...) É importante lembrar que, até 1942, os grupos de nazistas e fascistas raramente foram importunados pela polícia brasileira” (CAMPAGNANO, 2011, pp. 112-3).

Amaral, feitas essas considerações, afirmava que não poderíamos associar, o estado autoritário brasileiro ao estado fascista pelo fato de ser ele organizado por meio da corporação, ou mesmo de ter como suporte político o autoritarismo. Esses elementos não constituem influência da ideologia fascista no estado brasileiro. De forma enfática:

(...) não seria preciso mais que saber ler para chegar à conclusão de que a Constituição promulgada pelo Pres. Getúlio Vargas em 10 de novembro nenhum parentesco ou mesmo remota afinidade apresentava com os tipos de instituições elaborados sob influência do fascismo (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 93).

De outro lado, a crítica liberal buscava identificar o estado autoritário nacional com o fascismo, em face da tolerância que o governo tinha, naquele momento, com o movimento integralista. Amaral admite mesmo uma aproximação do estado com as “ligações do Sr. Plínio Salgado”. Contudo, essas ligações, justificava, foram de caráter circunstancial. A situação acirrada²⁷ enfrentada pelo país com os “levantes

imperialista italiano e o nosso capitalismo hipertardio e subordinado, como se fossem semelhantes. Sendo assim, elidem as determinidades histórico-sociais, tornando possível a “comprovação” de um corporativismo estatal com as mesmas funções do fascismo e a estrutura jurídico-político-sindical como uma cópia da *Carta del lavoro* de Mussolini. O que não significa, como faz Antunes, em demonstrar o anticomunismo, a violência e o controle desarticulador e repressivo do estado e das classes dominantes sobre as categorias sociais do trabalho.

²⁷ Naquele momento, o país enfrentava um momento de radicalização resultado do aprofundamento das contradições de uma acumulação capitalista retardatária agravada pelo cenário internacional. Foi nesse cenário que no ano de 1934 que surgiu a Aliança

de 35”, assim como a possibilidade de eleições, configurou uma conjuntura na qual não se poderia desprezar apoios, ainda que Vargas não creditasse importância ou mesmo perigo a esse “movimento anticonstitucional”. Portanto, Amaral justificava a aproximação com o integralismo, o “fascismo brasileiro” ou um “tipo de fascismo”, ainda que buscasse demonstrar que esse movimento insignificante, não possuía condição alguma de influenciar o estado autoritário.

A. Amaral, ao pensar o sistema de representação para o estado autoritário brasileiro, fornecendo as condições para a identidade Nação-estado, apontava que a representação indireta, extensiva a toda a população, minimizaria assim, os erros do sufrágio universal. Este sistema ganhou concreticidade com a Carta Constitucional de 1937, onde fica expresso o processo de eleição indireta para a escolha da Câmara Nacional e do presidente. A esse processo indireto foi adicionado o sistema de representação das forças econômicas e profissionais, (estatuto nacional, no art. 58). Ao realizar a análise dos elementos contidos na Constituição, buscou compor o perfil político do estado autoritário brasileiro que ganhou contornos reais com a instauração do Estado Novo a partir do golpe de estado de 10 de novembro de 1937.

Ainda que não fosse produto do sistema de representação direta, o Estado Novo encerraria os princípios norteadores de um estado moderno, autoritário, expressos naquela constituição. Para Amaral, a criação dessa organização política livrou a nação da falência das instituições democráticas, possibilitando a criação de instrumentos que dessem condições para reativar as forças econômicas, desarticuladas naquele momento.

Ao buscar a expressão política das “forças novas da reação”, Amaral refletia a orientação corporativista presente também na economia. Afirmava que a construção de um verdadeiro estado deveria revelar a

projeção da vontade política da sociedade organizada em núcleos sindicais. Eles representam os centros organizados e hierarquizados das energias ativas da coletividade. E deles irradiam os elementos que, como expoentes dessas, energias, vão constituir o órgão de direção autoritária da comunidade nacional (AZEVEDO AMARAL, 1936, pp. 19-20).

Ao buscar a representação política do estado na organização do trabalho e do capital, perspectivava reproduzir as diretrizes corporativas

Nacional Libertadora (ANL), importante movimento de massas, segundo Caio Prado Jr. No entanto, o estado autocrático de feição bonapartista varguista promoveu seu fechamento e abriu a possibilidade para uma “saída” insurrecional a essas insatisfações do momento. Os “levantes de 1935”, além de reunirem setores médios urbanos, populares, insatisfeitos frente a grande crise apontada, contou com o apoio dos militares de esquerda. (Ver: VIANNA, 2007; PRESTES, 2015; MOTTA, 2002; PINHEIRO, 1983; PRADO JR., 1982; entre outros).

encaminhadas no nível da produção, expressando parte de seu projeto de modernização.

A representação da relação entre o capital e o trabalho no plano da organização estatal perspectivava uma “conciliação pelo alto” necessária para que esse organismo comandasse de forma segura o processo de aceleração do capitalismo na realidade brasileira. O processo de acumulação de bases industriais seria totalmente orquestrado pelo próprio estado, que, ao amparar os agentes modernizadores os manteria sob controle. Portanto, assim como o estado criou a economia corporativista, cria também o estado autoritário corporativista.

A carta de 1937 adota o plebiscito, o pronunciamento direto das massas pelo sufrágio universal. Embora à primeira vista, tal procedimento pudesse soar contraditório, havia segundo o autor, situações que envolviam questões nacionais as quais deveriam ser apresentadas de forma simples e direta e sobre as quais a totalidade dos eleitores deveria decidir. Por outro lado, este momento, ao possibilitar “a intervenção das massas dos eleitores na direção da nacionalidade, por meio dos pronunciamentos plebiscitários, servirá para desenvolver nelas a consciência cívica e o autêntico espírito democrático” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 106).

Outro aspecto de maior importância quanto entre Nação e estado diz respeito aos partidos, elos entre essas duas esferas. Como apresentamos anteriormente, os partidos no liberalismo, na visão de Amaral, buscaram representar, sem êxito, a sociedade em sua totalidade. Diferentemente, o estado autoritário, ao promover a identidade entre esses dois universos, tornou os partidos desnecessários. Assim: “O único partido admissível no atual regime é o partido do estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria nação” (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 116).

6. Getúlio Vargas e o movimento de “renovação conservadora”

A modernização posta em curso na década de 1930, na esteira do movimento de “renovação nacional”, teve como centro propulsor Getúlio Vargas, que afirmava que todas as transformações sociais ocorridas o foram no sentido da retomada da “estrutura tradicional da nacionalidade”, promovendo o bem-estar social.

Azevedo Amaral analisa o Estado Novo a partir do “instinto da ordem”, expresso no conservadorismo renovador, calcado no “gênio político”, base de apoio de cesarismo e da “ideia nacional” explicitada pelo reencontro de nossas origens. O regime político implantado em 1937 significava a conclusão de uma etapa de nossa história que teve seu ponto

de partida na Revolução de 30. Segundo o autor, o itinerário percorrido até a instauração do Estado Novo foi dirigido com segurança e habilidade por Getúlio Vargas que reunia, em sua subjetividade, o instinto da ordem e o gênio político.

Em outras passagens, apontávamos que a crise econômica instaurada, que atingiu diretamente o café e indiretamente a própria indústria somada à desmoralização e à incapacidade do poder público de atuar corretamente e, ainda, à heterogeneidade ideológica das forças sociais, com componentes exóticos, configuravam uma situação de alto teor anarquizante. Diante dela, Azevedo Amaral preconiza que somente uma revolução conservadora, nos moldes da realizada por Vargas, teria as condições de manter as diretrizes de nossa evolução e chegar a um patamar em que se reconstituísse a nossa própria história. Afirma: “O chefe da Revolução de 30, mobilizou o Brasil (...) visando muito mais proteger a Nação contra o perigo iminente da mais anarquizante desordem que com o objetivo de reajustar o caso da sucessão presidencial” (AZEVEDO AMARAL, 1941, pp. 69; 74).

A década de 1930 foi, portanto, caracterizada por uma política de âmbito nacional promotora da verdadeira reconstrução e que teve em Vargas o seu centro irradiador e enfatizador do desenvolvimento do potencial econômico do país. Nesse sentido, Getúlio teria não só continuado, como aprofundado a política econômica favorável à industrialização, conduzindo-a para uma etapa superior, com o desenvolvimento da metalurgia do ferro, do carvão e do petróleo, indústrias de base, que “formavam o triângulo em que se tinha de alicerçar a estrutura econômica de um Brasil quase autárquico” (AZEVEDO AMARAL, pp. 127-30). Por outro lado, teria buscado também a consolidação da “unidade nacional intentando a eliminação dos regionalismos e projetando nossa soberania”.

A questão da soberania nacional era também um item nas preocupações de Vargas que pretendia uma posição de independência do Brasil frente às outras nações, principalmente as da América. Vargas fora um defensor do pan-americanismo, pensado como agilizador da formação de um grande mercado, no qual pudéssemos não só esgotar os produtos primários e manufaturados, como também suprir nossas indústrias com matérias-primas que não possuíssimos.

Assim, para Azevedo Amaral, Vargas foi o responsável não só pela salvaguarda da nação frente aos descaminhos abertos pela Revolução de 30, como também pela indicação da trajetória superadora das contradições internas e dos próprios riscos a que estava exposta. A noção positiva deste estadista, no entender do autor, foi a de redescobrir as possibilidades

abafadas em nossa história pela perda do sentido nacional e reiniciar a trilha que nos conduziria à grandeza nacional.

O Estado Novo, nessa trajetória ascendente, seria a etapa de reencontro com nossos destinos. Finalizando, com os dizeres do autor:

Ainda bem que o Brasil, antes de ver irremediavelmente assoberbado por problemas insolúveis e perigos inevitáveis, despertou a consciência da realidade nacional e, dentro da órbita do seu passado e do seu presente, adotou uma forma de organização estatal que lhe poderá permitir o desenvolvimento progressivo dos seus recursos potenciais de grandeza. Para assegurar o futuro da nação não basta por certo termos construído o Estado Novo. Mas no rumo que só poderemos seguir pelas normas da democracia autoritária estão as perspectivas da consolidação da nacionalidade, da expansão das suas forças econômicas e do apuro da sua cultura. O golpe de estado de 10 de novembro foi a nossa primeira revolução construtiva (...) (significa) a esperança de estarmos, afinal, no começo da construção do Brasil engrandecido pelo aproveitamento das riquezas e pela expressão autêntica do gênio peculiar do seu povo. (AZEVEDO AMARAL, 1938, p. 161)

Considerações finais

Em sua maioria, a par de algumas diferenças, os pensadores de talhe conservador no Brasil, os assim chamados “demiurgos da ordem”, foram unânimes em indicar um itinerário político rumo à modernidade, pautado, porém por concepções tradicionalistas e conservadoras. Nosso interesse, neste artigo, voltou-se para o entendimento dessa cultura política em sua vertente retrógrada.

Desde logo, pode-se considerar, grosso modo, que o pensamento conservador brasileiro se alinhou em duas grandes correntes que se expressaram pelo delineamento de uma destinação nacional: ruralismo e industrialismo, mesmo que comportassem variadas formas de combinação conciliadora entre estas duas vertentes. Durante as primeiras décadas deste século, os diferentes ideólogos buscaram definir as características de nossa formação histórica, mapeando as causas de nossos males e, configurando projetos de natureza política para responder aos impasses de uma unidade nacional.

No entanto, embora assumissem em comum a modernização da nação brasileira como algo inevitável e a proposta de um estado “centralizado-autoritário” como agente desencadeador desse processo, perspectivavam soluções diferenciadas.

Como vimos, nesse plano destaca-se o conservantismo industrialista na figura de Antônio José de Azevedo de Azevedo Amaral. Sua defesa intransigente da lógica autocrática do capital, constituído

retardatariamente, se fazia necessário por meio da intervenção de um “estado autoritário” que em sua conceituação é entendida como “renovação conservadora”.

Desse modo, Azevedo Amaral via a instauração de um “estado *forte*” como solução para romper os entraves à entificação do capital em sua modernização excludente. Concebia o estado como *demiurgo* da construção e da soberania nacional, agente necessário e responsável pelas transformações exigidas não só pela ordem econômica, como também pela ordem social e institucional.

No discurso azevediano, a elaboração do conceito de “estado autoritário” tem como pressuposto a crítica ao liberalismo e ao totalitarismo, que engloba o nazifascismo e o comunismo. Sua crítica sustentar-se-ia no próprio exame do momento então vivido. No “*neocapitalismo*”, a expansão da revolução “técnica” industrial, a urbanização e o surgimento das massas no cenário econômico e político – resultado desse “capitalismo de massas” – teriam transformado o estado democrático liberal em uma instituição anacrônica, impossibilitada de atuar na realidade como centro coordenador das atividades econômicas, políticas e sociais.

Azevedo Amaral faz ainda uma crítica à organização política e ao sistema representativo do regime democrático liberal, pois se trata de concepção baseada na noção de igualdade dos povos e dos indivíduos que compõe uma dada sociedade e, como também, na filosofia que afirmava a possibilidade de se ter um padrão de estrutura estatal que se adaptasse, indistintamente, a todas as nações com certo patamar de civilização e cultura. Essa “ilusão liberal” não se viabilizaria na medida em que seus supostos eram inexecutáveis e suas condições históricas exigiam adaptações. Essa formulação só seria possível em povos de origem anglo-saxônica, mas, ainda assim, passando por um processo de transformação.

Segundo Amaral ainda, a questão teria se complexificado, pois a par da agonia definitiva do sistema liberal consubstanciada na I Guerra Mundial, nossa própria formação histórico-social impedia o florescimento do sistema democrático-liberal como solução originária e necessária à realidade brasileira. O desenvolvimento de nossa história pautava-se pelo privilégio de soluções artificiais e pela importação de “modelos exóticos” em detrimento de equações assentadas na própria realidade brasileira. Em contrapartida, Amaral apontava que o sentido de nossa formação, assim como a própria constituição do povo brasileiro e a especificidade de seus caracteres biopsíquicos, era avesso a soluções desse tipo, perspectivando a resolução do problema através de equação do tipo elite-massa.

No entanto, Azevedo Amaral não via no totalitarismo – identificado com o comunismo, o fascismo e o nacional-socialismo – a resposta mais

adequada ao fracasso do liberalismo. Apesar dessas formas de organização política terem sido constituídas enquanto respostas críticas ao liberalismo, não passavam de soluções frustradas, transitórias e condenadas ao fracasso. E isto em razão do conceito de “autoridade” – próprio a todas as modalidades de estado e necessário às novas condições econômicas da sociedade contemporânea – apresentar-se deturpado nestas supostas soluções.

A expansão excessiva da autoridade viabilizada nessa experiência não era condenada por Azevedo Amaral. Pelo contrário, o autor aponta essa expansão como decorrência do próprio desenvolvimento do “*neocapitalismo*”. Assim, a degeneração bem como a condenação desse conceito residia na natureza da autoridade assumida pelos estados totalitários: altamente coibidora, absorvente e aniquiladora da personalidade humana.

Assim, a partir dessas considerações críticas tanto ao estado liberal quanto ao estado totalitário, é que Azevedo Amaral constrói o seu conceito de estado moderno, também chamado, por ele, de “estado autoritário”, que levaria ao limite a autoridade, característica de toda a forma de poder, mas que tomaria para si a incumbência de promover o bem público, através do equilíbrio das esferas pública e privada. Além disso, o “estado autoritário”, entendido essencialmente como intervencionista, era a forma mais adequada para o atendimento das necessidades de transformação da realidade nessa nova etapa da civilização, o “*neocapitalismo*”, pois, por meio do esforço do executivo, o estado moderno estenderia sua ação a todas as esferas da atividade administrativa, econômica e social. Assim sendo, frente à falência histórica do estado liberal, a realidade exigia formas de organização que se pautassem pela ação interventora do estado na sociedade. Caberia, portanto, ao “estado autoritário” configurar-se como único modelo de estado moderno.

O autoritarismo, suporte político para o intervencionismo estatal, seria necessário para promover e dirigir, técnica e eficientemente, a estrutura produtiva da sociedade, capacitando o país a adentrar na modernidade, resgatando, assim, os veios de seu destino histórico.

Para o cumprimento da árdua tarefa de intervenção na realidade social, eliminando os entraves ao desenvolvimento econômico e garantindo a paz social, o estado autoritário assumiria a forma corporativista, comportando a expressão direta dos grupos organizados que atuam na produção e distribuição da riqueza, e no desenvolvimento espiritual da sociedade.

De que modo o “estado autoritário” se adaptaria à realidade brasileira? Para Azevedo Amaral, essa adaptação buscaria não só a remodelação da organização política adaptada às condições nacionais, mas

também a própria acomodação desta mesma realidade aos novos patamares da civilização – o “*neocapitalismo*” industrial.

Em suma, ao examinar nossa formação histórica, o autor aponta para o “estado autoritário” como instrumento necessário para organizar o caos em que se encontrava o ordenamento produtivo do país. Ou seja, para superar o exclusivismo agrário, o estado moderno deveria proporcionar elementos que desencadeassem o processo industrial e transformassem, ao mesmo tempo, o próprio aparelho de estado, ainda embebido do ranço liberal, reformando-se.

Assim sendo, o “estado autoritário”, a autêntica forma do “estado nacional”, assumiria o papel de *demiurgo*, construindo e equacionando as condições de desencadeamento do processo de modernização brasileira, calcada na indústria, a expressão mais alta da civilização humana. Por esta razão, para Azevedo Amaral, a formulação do “estado autoritário” forte, coeso e presente em todas as esferas do social não se esgotaria apenas numa reformulação político-institucional. Ou seja, o estado brasileiro, com um sentido eminentemente capitalista, teria que estar instrumentalizado, para lançar as bases do “*neocapitalismo*” e implementar um processo de acumulação que tivesse a indústria como polo dinâmico e a agricultura como elemento subordinado.

Contudo, esse intervencionismo estatal, na concepção azevediana, teria um papel preponderante no processo industrializante, sem, no entanto, anular a ação privada dos próprios capitalistas. Em outros termos, a sua intervenção direta só se faria necessária naqueles setores não atraentes ao capital privado – ou porque a remuneração do capital fosse lenta ou pela própria carência de recursos em áreas que exigissem vultosas quantias, principalmente nos setores de bens de produção.

Assim sendo, o estado enquanto produtor direto na economia é estranho ao ideário do autor. O estado nacional seria, na verdade, apenas o agente modernizador da estrutura produtiva, o *demiurgo* que criaria as condições para a realização desse processo, cabendo-lhe, também, atrair capital estrangeiro e inovação tecnológica para montagem do parque industrial frente à inexistência de uma acumulação interna de capital necessária para esse empreendimento. Para o ideólogo do capital atrófico somente um estado nacional, acima das classes e representando o bem comum, poderia conduzir um projeto dessa amplitude, contendo os interesses divergentes das frações burguesas e o controle da classe trabalhadora.

A ação interventora do estado no nível da economia e do plano institucional gerava também um desdobramento social. Por isso, o estado deveria atuar no sentido de viabilizar uma sociedade mais adequada não só para agilizar como também impulsionar a modernização.

Azevedo Amaral mostrava que qualquer processo civilizatório tinha como motor o “fator humano”. Assim sendo, o avanço e a evolução do processo histórico estariam na razão direta das “aptidões intrínsecas do homem” e das facilidades apresentadas pelo meio ambiente, no que diz respeito às possibilidades do controle humano das forças da natureza. O “elemento humano”, entretanto, seria determinante nessa equação condicionadora da vida social, tanto no aspecto material como no espiritual. Tal tese seria respaldada pelas conquistas da biologia, que mostravam ser as características inerentes às populações, seus caracteres “biopsíquicos”, os determinantes de uma ação sobre o meio ambiente, plena ou não de sucesso, assim como o desenvolvimento de instituições e formas de sociabilidade mais adequadas.

Por estes motivos, o autor admitia a existência de diferenças entre grupos sociais, alguns “mais dotados” do que outros para uma ação que possibilitasse graus e estágios de civilização mais avançados. Ou seja, a marcha evolutiva da humanidade demonstrava que a obra do progresso material e cultural era realizada pela ação de certos grupos sociais portadores de “uma herança racial” inclinada à civilização.

Ademais, o ideólogo estadonovista afirma também que o avanço da ciência e a análise da realidade abrem a possibilidade de se buscar respostas que viabilizariam uma ação mais positiva, solucionadora dos inúmeros problemas de nossa realidade. Assim, a questão racial ganhava amplitude e contorno prático, devendo ser viabilizada enquanto uma política no sentido de construir uma sociedade mais harmônica e desencadeadora de estágios mais avançados de civilização. Sem uma base étnica adequada, tal missão só poderia ser equacionada por um estado forte, que, ao assumir essa incumbência, assegurasse a eficiência e o “progresso dos povos pela seleção consciente dos seus elementos formativos”.

Na realidade brasileira em particular, toda essa questão se agravaria em função do caráter de sua formação histórica, pautada no grande afluxo de correntes imigratórias bastantes heterogêneas. Se, por um lado, nossa composição “biopsíquica” coletiva apresentava uma grande diversidade de “raças”, por outro não indicava uma configuração social com classes distintas, mas sim uma verdadeira “promiscuidade racial”. Nesse sentido, também quanto a essa questão o estado funcionaria como demiurgo, através de uma política calcada nos princípios da eugenia, criando as condições para um reordenamento social mais adequado, viabilizando avanços em direção a graus mais elevados da civilização, eliminando “os caracteres inferiores” de nossa formação. Tal política estaria calcada na negação dos programas assistencialistas e das organizações filantrópicas, entendidas como “agências disgênicas”, garantindo-se assim, em certa

medida, a ação das forças naturais e sociais que contribuiriam para a eliminação de parte dos “degenerados”.

Nesse sentido, esse estado, através de uma política fundada nos princípios da eugenia, deveria não só eliminar e/ou desativar condições de reprodução dos “degenerados seres inferiores”, como também promover a reprodução de elementos superiores e a própria valorização do ser humano na sua totalidade, através dos procedimentos, já indicados, para promover na construção de uma organização social mais condizente com estágios avançados da humanidade.

Outro aspecto dessa política eugênica era a elaboração de um programa imigratório, passível de controlar a entrada de novos elementos para que estes não comprometessem a mescla rática brasileira, favorecendo a construção da identidade nacional. Essa política desencadeada pelo estado acabaria por valorizar o elemento humano. E a prova seria a ênfase no controle das endemias, altamente comprometido devido à falta de verbas para programas sanitários. Como se depreende disso, há uma concepção bonapartista e racista que permeia toda sua visão de mundo

A questão da educação também é considerada como elemento essencial, pois por meio dela capacitar-se-iam indivíduos para o desempenho de funções especiais exigidas e necessárias para o processo de modernização pretendida pelo ideólogo. Frente à precariedade da estrutura do ensino brasileiro, o estado deveria desencadear um processo de educação mais racional, para que cada indivíduo assumisse de forma eficiente e plena sua função no âmbito da sociedade. Para tanto, Azevedo Amaral propunha uma divisão de ensino profissionalizante e ensino das elites. O primeiro visaria a ampliar a capacidade produtora daqueles elementos “menos dotados socialmente”, na medida em que o estágio alcançado pelas sociedades modernas exigia uma maior capacitação humana no acompanhamento da tecnologia. Em sua visão elitista, no que tange ao ensino destinado às elites, dotadas de “maturidade espiritual” e “aparelhadas cerebralmente”, deveria se voltar à formação de quadros altamente gabaritados para a condução eficiente e racional dos rumos da nação brasileira.

Para este *intelectual orgânico* Azevedo Amaral, o desenvolvimento da produção científica possibilitaria o conhecimento da realidade nacional, abrindo caminhos para reformas sociais a serem implementadas através da modernização “dentro da ordem” e levadas à frente pelas elites amparadas na ciência. Elites com condições de imprimir uma racionalidade no meio social. O poder político era, portanto, concebido como atividade criadora e reformadora, que agiriam racionalmente à luz dos conhecimentos científicos. Ou seja, uma política “calibrada” pela

ciência, expurgada do conflito e assentada numa hierarquia social, na medida em que essas mesmas elites eram dotadas de caracteres superiores, devendo, por isso, exercer racionalmente sua autoridade.

Outra função ideológica exercida e paralela a esta questão, o estado deveria também controlar as manifestações populares, colocando a luta de classes numa “camisa de força” para eliminar esta determinação social obstaculizadora da industrialização. Para o ideólogo estadonovista, não se pode perder de vista, que a luta de classes era um dado natural, pois seu conceito de classe pautava-se nos caracteres étnico-biológicos. Na medida em que esse tipo de conflito não poderia ser eliminado, ele teria que ser controlado e reprimido. Ele só seria temido, representando um perigo, quando estivesse fora do controle do estado nacional.

A temática elite-massa no pensamento azevediano possibilita a eliminação do “nivelamento social”, expressando ao mesmo tempo o temor frente à possibilidade de intervenção das massas no processo político, no momento em que se assistia à redefinição da sociedade de classes a partir da industrialização, com a formação de um forte proletariado, que nesse período resistiu com manifestações, greves e a formação da Aliança Nacional Libertadora em 1935.

As colocações acima demonstram a preocupação de Azevedo Amaral com o controle do processo de transformação capitalista em curso no país, com a condução da reforma “pelo alto”, de modo seguro, através das elites apoiadas no avanço científico, afastando os riscos de intervenção popular e de uma possível convulsão social. Daí seu forte comprometimento com a burocracia varguista.

Como consequência, a função histórica de intervir nos rumos da história está reservada às elites – “minorias privilegiadas” certamente ou ao próprio chefe da nação, Getúlio Vargas –, que conduzem a “renovação conservadora” para uma nova forma orgânica do convívio social. Nessa medida, a solução que melhor se adequaria ao projeto de modernização do país seria a edificação de um “estado autoritário” corporativo. O corporativismo foi a fórmula política encontrada por A. Amaral, para desenvolver a subordinação dos interesses particulares conflitantes aos desígnios do “bem coletivo”.

Desse modo, as massas populares, em especial, a classe operária industrial, de per si, não ofereceriam nenhuma saída “construtiva” para os entraves do desenvolvimento histórico em nosso país. Mesmo a burguesia, naquele momento, em decorrência da herança agrarista, estava incapacitada para conduzir o processo de acumulação do capital industrial.

Com estas reflexões, percebemos que a formulação de “estado autoritário” para Azevedo Amaral possuía uma dimensão mais ampla, ultrapassando o significado eminentemente político. O estado pretendido

pelo autor, ainda que com a função explícita de uma grande agência de controle social, teria tal função subordinada à criação das condições de implementação da modernização conservadora, excludente e, portanto, altamente desmobilizadora e repressiva.

Em síntese, o “estado autoritário”, que designamos como um demiurgo, uma espécie de sicofanta do capital, é um organismo que intervém na totalidade social, a fim de criar e coordenar as condições básicas, em uma dada sociabilidade, como a nossa, retardatária e subordinada, sem a qual seria impossível o pleno desenvolvimento do capitalismo.

Em suma, o esforço azevediano em reescrever a história da formação brasileira e nela localizar os veios básicos que matizam o seu destino histórico consoma-se na “revolução nacional” propiciada pelo golpe de 10 de novembro de 1937, com a instauração do estado Novo que confirmava plenamente o acerto de suas formulações sobre a inviabilidade de a democracia liberal imprimir o selo da modernização capitalista no todo nacional.

Segundo suas palavras a “mutação política”, instituída por um golpe, tendo à frente Getúlio Vargas, era construtiva e diferenciava-se da negatividade de uma possível insurreição revolucionária, precisamente por conter e excluir a participação desordenada das massas e por ser conduzida pelas elites “renovadoras”, portadoras de um projeto nacional.

Apenas dois pontos da carta de 1937 Amaral considerava dissonantes com a sua propositura: o primeiro diz respeito à questão do nacionalismo, porque era nítido para ele o cerceamento à entrada de capitais e tecnologias estrangeiras que daí adviria, e o segundo era relativo à política de imigração, que não levava em conta aspectos fundamentais para o enfrentamento da composição racial, o ajuste étnico, necessário para a construção de nossa identidade nacional.

Certamente, Azevedo Amaral divisava como um traço permanente das sociedades as disputas entre posições conservadoras e posições revolucionárias. No entanto, ao assumir a defesa do “progresso brasileiro” e da “civilização industrial” perspectivando a constituição do capital industrial para a efetiva construção da nacionalidade –, propõe uma modernização “pelo alto”.

Em suma, o demiurgo nacional – o “estado autoritário” – deveria, pela nucleação sindical dos proprietários e dos não proprietários, consolidar uma conciliação de classes – por meio de um aparato jurídico – político controlador – direcionando “as forças vivas da nação” para a entificação de um capitalismo, que ainda não possuía as bases industriais, e, portanto, as bases reais para a formulação de nossa *brasilidade*.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO AMARAL, Antônio José. *Ensaio brasileiro*. Rio de Janeiro: Omena & Barreto, 1930.
- _____. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.
- _____. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1935.
- _____. Em torno do estado corporativo. *Revista Panorama*, São Paulo, ano I, n. 11, nov. 1936.
- _____. *Renovação nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936.
- _____. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Liv. José Olympio Ed., 1938.
- _____. *Getúlio Vargas, estadista*. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1941.
- ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 2. ed. São Paulo: Ensaio/Cortez, 1988.
- CAMPAGNANO, Anna Rosa. *In difesa della razza*. Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas (1938-1945). São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.
- CANDIDO, A. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Ed. Grijalbo, n. 1, 1977.
- _____. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1978.
- _____. As máquinas param, germina a democracia! *Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 7, 1980.
- _____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. *Ensaio*, São Paulo, Ed. Ensaio, n. 17/18, 1989.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões*. 1873-1896 e 1929-1939. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FERNANDES, F. Constituinte e revolução. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 17/18, 1989.
- KERSHAW, Ian. *Hitler*. Trad. Pedro Maia Soares. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- PINHEIRO, Paulo S. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil (1922-1935). 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRADO JR., Caio. O programa da ALN. *Revista Nova Escrita/Ensaio*. São Paulo: Escrita, n. 10, 1982.

PRESTES, Anita Leocádia. *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. *Da insurreição armada (1935) À “União Nacional” (1938-1945)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. O regresso ao Brasil, a Aliança Nacional Libertadora e os levantes antifascistas de novembro (1935). *In: Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAGO FILHO, A. Posfácio. *In: CHASIN, J. O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Santo André: Ad Hominem, 1999.

SARTORI, Vitor A. Ação e milagre. Hannah Arendt e a história. *Projeto História*. São Paulo, Educ, n. 41, p. 532, dez. 2010.

SCWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. (Orgs.). *Dicionário da República*. 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucélia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano v. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIEIRA, R. M. *O pensamento industrialista de Roberto Simonsen*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Universidade de São Paulo (USP), São Paulo 1987.

Como citar:

RAGO, Maria Aparecida de Paula. O demiurgo da construção nacional: o pensamento industrialista de Azevedo Amaral. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 444-481, nov. 2019.

Data do envio: 1 set. 2019
Data do aceite: 31 out. 2019